

**DESIGUALDADES POR SETORES CENSITÁRIOS NO ESPAÇO URBANO
DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS-BA**

***DESIGUALDADES POR SECTORES CENSURALES EN EL ESPACIO
URBANO DEL MUNICIPIO DE BARREIRAS-BA***

***INEQUALITIES BY CENSUS SECTORS IN THE URBAN SPACE OF THE
CITY OF BARREIRAS-BA***



Joelia Silva dos SANTOS ¹
e-mail: joelia.silva@ifba.edu.br



Matheus Silva de OLIVEIRA ²
e-mail: matheusmso.ufmg@gmail.com

Como referenciar este artigo:

SANTOS, Joelia Silva dos.; OLIVEIRA, Matheus Silva de. Desigualdades por setores censitários no espaço urbano do município de Barreiras-BA. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 8, n. 1, e024004, 2024. e-ISSN: 1984-1647. DOI: <https://doi.org/10.35416/2024.9059>



| **Submetido em:** 30/11/2021
| **Revisões requeridas em:** 07/05/2024
| **Aprovado em:** 10/05/2024
| **Publicado em:** 04/07/2024

Editoras: Eda Maria Góes
Karina Malachias Domingos dos Santos
Rizia Mendes Mares

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), Barreiras – BA – Brasil. Professora de Geografia da Educação Básica e Tecnológica – EBTT, IFBA- Campus Barreiras. Mestre em Planejamento Territorial – UEFS-BA

² Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte – MG – Brasil. Graduando em Psicologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH).

RESUMO: A produção de uma cidade decorre dos processos de apropriação e transformação de seu espaço físico, através do trabalho humano realizado em meio a conflitos, embates e lutas de classe. As contradições imbricadas nas ações dos diferentes segmentos sociais, que se produzem, reproduzem e se perpetuam constantemente na cidade, se revelam na paisagem urbana por meio da materialização das desigualdades que se manifestam em tempos, escalas e espaços diversos. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo discutir algumas implicações negativas que impactaram o espaço social da cidade de Barreiras, e são escancaradas nas disparidades e desigualdades socioeconômicas apontadas pelos setores censitários, com base nos indicadores de renda, na alfabetização e no número de banheiros por domicílios. A questão central da referida análise é a confluência entre a relevância econômica da cidade de Barreiras, devida à pujante produção agroindustrial, e às disparidades socioeconômicas evidenciadas pelos indicadores aludidos anteriormente.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Espaço urbano. Produção agroindustrial. Questões socioeconômicas. Desigualdades.

RESUMEN: *La producción de una ciudad surge de los procesos de apropiación y transformación de su espacio físico, a través del trabajo humano realizado en medio de conflictos, enfrentamientos y luchas de clases. Las contradicciones incrustadas en las acciones de diferentes segmentos sociales, que constantemente se producen, reproducen y perpetúan en la ciudad, se revelan en el paisaje urbano a través de la materialización de desigualdades que se manifiestan en diferentes tiempos, escalas y espacios. En este sentido, este artículo tiene como objetivo discutir algunas implicaciones negativas que impactaron el espacio social de la ciudad de Barreiras, y se exponen en las disparidades y desigualdades socioeconómicas señaladas por los sectores censales, en base a indicadores de ingresos, alfabetización y número de baños. por hogares. El tema central del referido análisis es la confluencia entre la relevancia económica de la ciudad de Barreiras, debido a la pujante producción agroindustrial, y las disparidades socioeconómicas que evidencian los indicadores antes mencionados.*

PALABRAS CLAVE: Ciudad. Espacio urbano. Producción agroindustrial. Cuestiones socioeconómicas. Desigualdades.

ABSTRACT: *The production of a city stems from the processes of appropriation and transformation of its physical space, through human work carried out amidst conflicts, clashes and class struggles. The contradictions embedded in the actions of different social segments, which are constantly produced, reproduced and perpetuated in the city, are revealed in the urban landscape through the materialization of inequalities that manifest themselves in different times, scales and spaces. In this sense, this article aims to discuss some negative implications that impacted the social space of the city of Barreiras and are exposed in the disparities and socioeconomic inequalities pointed out by the census sectors, based on income indicators, literacy and the number of toilets per households. The central question of the referred analysis is the confluence between the economic relevance of the city of Barreiras, due to the thriving agro-industrial production, and the socioeconomic disparities evidenced by the aforementioned indicators.*

KEYWORDS: City. Urban space. Agro-industrial production. Socioeconomic issues. Inequalities.

Introdução

As profundas desigualdades socioespaciais da sociedade brasileira do século XXI têm como base os sustentáculos da dinâmica de apropriação e demarcação do território colonizado para fins econômicos. A manutenção da ideologia colonialista acoplada às contínuas trajetórias de exploração territorial, ao longo do processo de estruturação do país, reverberou no surgimento e na expansão de núcleos urbanos, sob as mesmas lógicas econômicas de desigualdade, base para a instalação dos primeiros povoados e vilas brasileiros.

As mudanças na ocupação territorial do Brasil, a partir do século XVIII, tiveram implicações no desenvolvimento das cidades (ABREU, 2008) e permearam a reprodução das desigualdades com o avanço da urbanização social e territorialmente seletiva (SANTOS, 1993). Como resultado desse processo, as cidades brasileiras surgiram atreladas aos percursos imanescentes, ao uso do território direcionado à instalação da base de exploração capitalista, embora apresentem especificidades nas estruturas sociais que as constituíram e as tornaram complexas, tanto para abarcar a diversidade de segmentos sociais e suas respectivas demandas, quanto para a compreensão da dinâmica de reprodução das desigualdades. Isso revela, na atualidade, universos de investigações científicas em diferentes tempos e escalas de análise espacial como o local, regional e nacional.

A partir da década de 1980, com a implementação do projeto de expansão da fronteira agrícola, “o processo de (re)produção das desigualdades adentrou os rincões do território brasileiro, sendo materializado na base social, na medida em que ocorria o povoamento do interior do país” (SANTOS; OLIVEIRA, 2021, p. 176).

Foi nesse contexto, que o município de Barreiras, por sua localização estratégica, passou a ser alvo dos organismos nacionais e internacionais, para a instalação do projeto de modernização agrícola nas áreas de Cerrado. Assim, hoje, o município possui representatividade no oeste do estado da Bahia devido, dentre outros aspectos, à importância de que desfruta na dinâmica econômica regional, com expressividade na produção de grãos.

Para atender às demandas do agronegócio, o espaço urbano da cidade de Barreiras passou a dispor de sistemas de engenharia diversos e de vários serviços nas esferas pública e privada que funcionaram como vetores de atração de migrantes das cidades circunvizinhas, em busca de emprego e dos direitos constitucionais como saúde e educação.

Contudo, há inúmeros problemas inerentes a uma expansão urbana que ocorreu sem o devido planejamento, resultando na ampliação e no aprofundamento dos diversos tipos de desigualdades no decorrer dos anos.

Nessa linha de pensamento, este artigo tem por objetivo apontar e discutir algumas questões sociais, econômicas e espaciais em aspectos que revelam as desigualdades apontadas por setores censitários do espaço urbano do município de Barreiras, com base nos indicadores de renda, alfabetização e número de banheiros por domicílios. A questão central da referida análise se posta na confluência entre a relevância econômica da cidade, devida à pujante produção agroindustrial e às disparidades socioeconômicas evidenciadas pelos indicadores aludidos anteriormente.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa incluíram a revisão bibliográfica das teorias direcionadas aos estudos da cidade e do espaço urbano, além da pesquisa documental para a caracterização do espaço urbano de Barreiras, no download da base vetorial dos setores censitários do estado da Bahia no site do IBGE (2010), para proceder a um recorte no espaço urbano do município em estudo, cujo objetivo foi a elaboração dos mapas.

Os dados (as referidas variáveis: indicadores de renda, alfabetização e número de banheiros por domicílios), foram obtidos no Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Do site do IBGE, também fez-se a coleta dos dados do Censo Demográfico de 2010 referentes ao número dos domicílios particulares existentes no espaço urbano do município de Barreiras, cujos moradores tinham rendimentos nominais mensais com: per capita de mais de 10 salários mínimos; de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário mínimo; de até $\frac{1}{8}$ do salário mínimo, além dos domicílios particulares sem banheiro de uso exclusivo dos moradores, os com mais de 4 banheiros exclusivo para os residentes da moradia e cujos responsáveis fossem alfabetizados com 10 ou mais anos de idade. Os dados coletados foram tabulados em porcentagem para a elaboração dos mapas no programa de geoprocessamento QGIS, versão 3.16. Por fim, analisaram-se os resultados da espacialização dos dados.

O artigo está organizado em seções que apresentam e discutem, inicialmente, de forma sucinta, a trajetória de formação e fundação da cidade de Barreiras e os aspectos inerentes à composição do espaço geográfico, e seu desenvolvimento, com a chegada do agronegócio àquele município. Os conceitos de cidade e espaço urbano, no sentido de esclarecer o leitor sobre a complexidade das discussões que envolvem a dinâmica de constituição e desenvolvimento das cidades, por via da expansão urbana, seguida da argumentação sobre a reestruturação produtiva, como gênese da expansão do espaço urbano de Barreiras, locus de estudo da pesquisa de iniciação científica e base para a construção deste artigo.

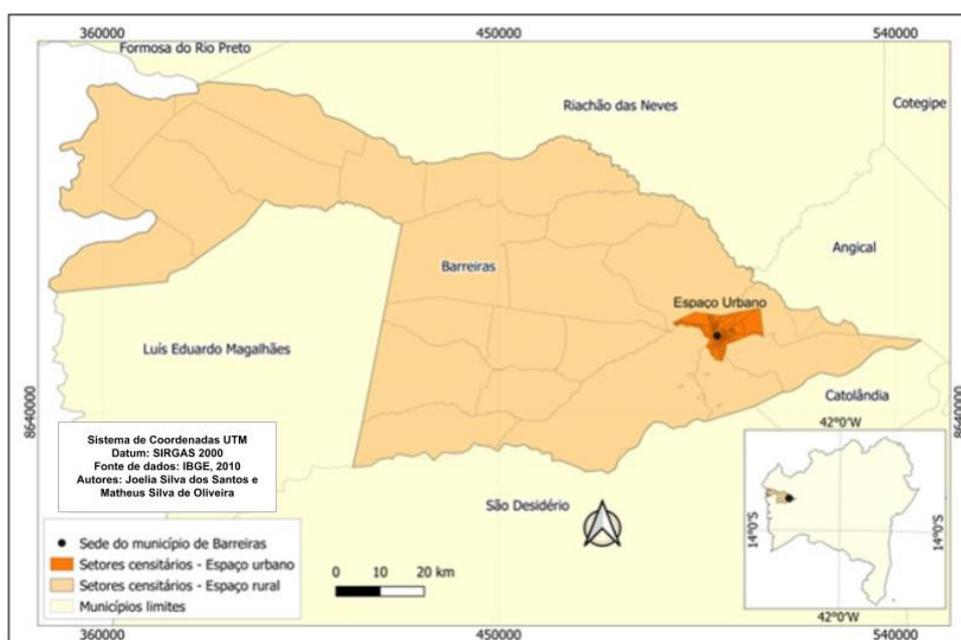
A partir dos fundamentos teóricos discutidos nas seções supracitadas, na sequência, discorre-se sobre algumas implicações negativas que impactaram o espaço social de Barreiras, e que se revelaram nas disparidades socioeconômicas da cidade que, por sua vez, reverberaram as desigualdades apontadas pelos setores censitários, do espaço urbano do município em tela, com a utilização de alguns indicadores do Censo Demográfico de 2010, por meio da análise dos mapas.

Nas considerações finais, são apresentadas as principais contradições relacionadas à análise dos dados que apontam para a necessidade de se ampliar o debate sobre as clamorosas desigualdades que surgiram ao longo da expansão da cidade de Barreiras.

A cidade de Barreiras e a expansão do espaço urbano

Barreiras é um município baiano que se localiza no extremo oeste do estado, e “embora não se conheçam pormenores, é tradição que viajantes do rio Grande, em 1825, tivessem chegado até o pôrto da atual sede municipal” (BARREIRAS, 1958, p. 65). Assim, o povoamento se intensificou, tendo o rio como possibilidade de deslocamentos, e as fixações humanas passam a ocorrer, formando o núcleo que deu origem à cidade cuja localização vem no Mapa 1, a seguir.

Mapa 1 - Localização do município de Barreiras no oeste do estado da Bahia



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

Por volta de 1891, Barreiras começou a receber trabalhadores e um número considerável de navios que, por meio do Rio Grande, movimentava o fluxo de pessoas e mercadorias, deixando de ser apenas um lugarejo, se constituindo como cidade. Isso se deu por conta do fluxo de comércio que utilizava o rio para o desembarque de mercadorias deslocadas para Goiás e Piauí, além do escoamento da produção local para Minas Gerais.

A antiga São João de Barreiras, como ficou conhecida, começou a se desenvolver lentamente no entorno do cais e se expandiu, consideravelmente, no século posterior, a partir do ano de 1928, quando recebeu a segunda hidrelétrica da Bahia, atraindo assim indústrias, frigoríficos, máquinas beneficiadoras, fábricas têxteis e empresas extrativas. No entanto, em 1964 essa hidrelétrica foi desativada e a cidade passou por um processo de depressão econômica (BARREIRAS, 2004).

No final da década de 1960, o Governo Federal começou a investir em rodovias para interligar várias regiões do Brasil e facilitar o escoamento de pessoas e mercadorias. Nesse mesmo período, ao Estado da Bahia se dirigiu um número respeitável de sulistas capitalizados, para dar início ao que se tornou um dos principais polos da agricultura moderna de soja, milho e algodão. Por conta disso, em 1969, foi instaurado o 4º Batalhão de Engenharia de Construção para fazer, a princípio, a BR-242 ligando Barreiras a Salvador e, posteriormente, outras vias que interligaram o município aos grandes centros do país (SANTOS, 2015). Com isso, esses trechos tornaram-se um dos mais importantes entroncamentos rodoviários entre o Norte, Nordeste e o Centro-Oeste do Brasil.

Em Barreiras, o crescimento espontâneo e o não planejado compõem a paisagem dos bairros mais periféricos como o Santa Luzia, por exemplo, que possui ruas ora estreitas ora largas, com becos e vielas. Não obstante, nas áreas da cidade onde habita a classe média, a alocação de infraestrutura está atrelada à presença do capital, levando-se em conta a renda alta, como acontece nos bairros Renato Gonçalves e Morada Nobre, onde se construíram ruas mais largas e, principalmente, edifícios residenciais. Porém, não é raro se encontrarem casas bastante luxuosas e em terrenos amplos. Nesses locais, ruas e residências são mais bem atendidas em termos de iluminação pública. No entanto, a cidade construída pelo setor imobiliário também se faz presente com os condomínios afastados da cidade, como é o do Vento Leste.

A expansão do espaço urbano de Barreiras, reiteramos, não ocorreu de forma planejada. Segundo Nascimento (2016), a ausência de planejamento causou a segregação social e criou uma urbanização não só excludente, mas, também, de risco que se manifesta, de forma geral, na paisagem urbana que demarca os limites entre os bairros de milionários, os de classe média

alta e os das camadas desprivilegiadas. Em alguns casos, os bairros são adjacentes como acontece com o Renato Gonçalves, tipicamente onde residem pessoas com uma renda mais elevada e o Morada da Lua, onde os indivíduos com menor poder aquisitivo moram.

A urbanização de risco fica evidente no local conhecido como Invasão da Salsicha, próximo ao Vale do Amanhecer. Conforme Nascimento (2016), no PDU de 2004, essa área foi classificada como imprópria para a ocupação humana. Contudo, as pessoas ocupam esses terrenos desvalorizados pelo capital e constroem sua própria moradia, devido à necessidade de ter um teto, e na ausência total do aparato governamental. Isso resulta em uma infraestrutura precária no tocante ao saneamento básico e às obras de beneficiamento nas ruas, o que, por seu lado, redundando em esgoto a céu aberto nas vias e a construção de habitações em áreas de risco, como os declives, por exemplo, e ruas abertas sem infraestrutura condizente ao trânsito e à vida humana. (NASCIMENTO, 2016).

A expansão da cidade de Barreiras atrelada à espacialização das desigualdades ocorreu com a conivência do Estado. Exemplo disso é o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) que destinou para os mais pobres os espaços extremamente afastados do centro urbano e sem infraestrutura adequada (PEQUENO; ELIAS, 2015). Portanto, as decisões governamentais que definem as ações das políticas públicas habitacionais são tomadas em consonância com os setores imobiliários conforme seus interesses econômicos. Em parceria com a iniciativa privada, são projetados bairros como o Parque das Águas, ainda em construção, mas cuja proposta é ser o primeiro bairro planejado da região, atendendo à demanda do capital.

Atualmente, em Barreiras, há, “três cidades”, por assim dizer, imbricadas entre si, todavia com nítidas diferenças. Essas três cidades são, segundo Elias e Pequeno (2015): a construída pelo setor imobiliário, a cidade onde as moradias são construídas sem planejamento ou permissão documental da Prefeitura, e, muitas vezes irregulares, e a planejada pelo setor público. Essas discrepâncias coexistentes na base social do espaço urbano, promovem a contínua expansão e (re)produção das desigualdades agravadas pela implantação e expansão do agronegócio.

Breve abordagem sobre a cidade e o espaço urbano no Brasil

A produção de uma cidade emana da produção/obtenção do espaço, da terra, como resultado do conjunto das ações humanas que se desenvolvem pelos processos de apropriação espacial. É nesse sentido, que as relações sociais tecidas pelos sujeitos, e que se (re)produzem

constantemente na cidade, têm como fator interveniente a presença de conflitos e embates, que emergem, por exemplo, das lutas de classes. Assim, para se compreender a cidade, é preciso considerar as contradições imbricadas no seu processo de (re)produção. E este é um dos desafios da Geografia (CARLOS, 2019b).

Logo, este trabalho se posta como uma simples, mas, honesta contribuição para aguçar o emblemático debate na aludida esfera.

Para atingir essa meta, carece dar destaque ao termo cidade, à sua polissemia, às nomenclaturas que, por vezes, acata e, à sua importância para a construção da sociedade que a torna objeto de estudo de várias ciências e de diversos estudiosos. Estes, por seu turno, a cada período histórico, assumem novas correntes filosóficas diversas, as quais apontam percepções e definições diferentes daquelas outrora existentes. Por isso, redefinem os conceitos e reinventam nomenclaturas. Além disso, a própria dinâmica metamórfica da cidade, associada a cada contexto histórico, demanda o repensar de seu conceito (VASCONCELOS, 2015), tornando mais diversa e complexa sua definição.

No Brasil, geralmente, os conceitos de cidade são constituídos pelo critério de aglomerado sedentário caracterizado pela presença do mercado/troca, ou seja, no qual há negociações econômicas que resultam em giro de capital, além da existência de uma administração pública. Ao longo do tempo, para além desta questão, as constantes transformações susceptíveis à lógica da formação e expansão das cidades passaram a exigir complementos, para esboçar sua dimensão como cidade: pequena, turística, global, interiorana ou, como no caso deste estudo, cidades médias (SPOSITO, 2010). Essas nomenclaturas estão associadas a um determinado elemento que caracteriza a rede das relações que garantem a unidade hierárquica da cidade. No entanto, o conceito de cidade denota complexidades que perpassam as multidimensionalidades dessas relações sociais que se estabelecem nos seus espaços físicos e simbólicos.

A segunda questão que convém enfatizar é a diferenciação entre os conceitos de cidade e de espaço urbano que não devem ser considerados sinônimos e, ao mesmo tempo, não se sobrepõem, embora, em muitos momentos do cotidiano, sejam empregados como similares em referência à delimitação geográfica territorial que possui aglomeração humana. Contudo, o conceito de cidade precede o de urbano como fenômeno (LENCIONI, 2008), e a origem da cidade possui particularidades nos seus processos formativos que não se resumem à trajetória histórica que a instituiu, embora, a cidade seja obra de uma história que significa muito mais do que simplesmente a produção de estruturas materiais, sendo a “produção e reprodução de

seres humanos por seres humanos” (LEFEBVRE, 2001, p. 52). A continuidade da vida na cidade, a dinâmica das relações humanas estabelecidas e a expansão, sobretudo do seu substrato material, compõem um arranjo espacial em constante inacabamento.

Diante das elucidações até aqui feitas, os conceitos de cidade e de espaço urbano confluem à constituição do espaço como produto socioespacial.

Na concepção de Corrêa (2004), o espaço urbano é fragmentado e articulado, resultante da relação de apropriação e transformação da natureza, por meio dos agentes sociais que têm como finalidade a acumulação capitalista. Assim, a cidade e o espaço urbano são produtos dessa relação constituída historicamente entre a sociedade e o meio, portanto, as modificações que conformam a cidade perpassam pela lógica da ação exercida pelos diferentes agentes de (re)produção do espaço urbano.

Como espaço de reprodução do capital, a essência conceitual da cidade envolve muito mais do que mera aglomeração, pois, como afirma Carlos (2019a, p. 67) “é um fazer-se intenso e ininterrupto”. Já o espaço urbano pode ser entendido como reprodução da sociedade nas individualidades e sociabilidades do ser humano que leva em conta o processo de (re)produção das condições materiais da sua existência. “Hoje, essas condições ocorrem aprofundando a contradição entre a opulência e a miséria, que reflete a distribuição da riqueza” (CARLOS, 2019a, p. 79).

Na cidade, os meandros da exclusão social provocada pela concentração econômica do sistema capitalista são mais visíveis, e essa exclusão é mais ostensiva na paisagem, pois o capital produz e concentra riquezas, ao mesmo tempo em que distribui e demarca a pobreza, o que é perceptível na base material e imaterial do espaço urbano a partir, por exemplo, do direito ao uso do solo em áreas específicas. A delimitação dos espaços dos pobres e os dos ricos não é apenas um fator de diferenciação, mas, de demonstração socioespacial da hierarquia do capital.

Parafraseando Carlos (2019a,), o lugar onde o ser humano reside na cidade é o espaço que lhe é permitido morar, e isto é determinado pela renda que ele consegue produzir, incluindo os diversos sacrifícios que necessita fazer para gerir suas necessidades básicas. Aqueles que não possuem renda compatível com o preço do solo urbano, não têm direito à moradia, embora a habitação se constitua enquanto premissa básica para o ser humano. Contudo, no espaço urbano, o local e as condições de moradia são determinados pelo preço da terra. Nesse aspecto, a concentração da renda acentua a fragmentação do espaço urbano e revela, na paisagem, as contradições do sistema capitalista.

As condições materiais do lugar onde o homem habita na cidade, também, estão

relacionadas aos serviços públicos distribuídos no espaço urbano, considerando a localização e, principalmente, o segmento social que habita em determinado local. Tais medidas são intencionalmente adotadas, sem se considerar a necessidade do uso dos espaços pela população em geral, o que inviabiliza o acesso de muitos cidadãos, que residem em áreas de pouco ou quase nenhum interesse do capital, aos serviços essenciais. Assim, o uso e o valor do solo urbano na dinâmica da cidade variam de acordo com a acumulação desigual do trabalho social (VOLOCHKO, 2018).

O aprofundamento das desigualdades nos espaços urbanos brasileiros está em curso e tem se propagado regionalmente de forma heterogênea, em diferentes tempos. No oeste da Bahia, o marco temporal foi a reestruturação produtiva a partir da inserção da produção de grãos nas décadas de 1970 e 1980, que funcionou como “mola propulsora” para transformar pequenos núcleos urbanos do interior do país em espaços das economias agrícolas nacionais. Foi nesse sentido, que Barreiras se consolidou como cidade média do agronegócio, e inserida na dinâmica econômica regional, nacional e global, reproduzindo e ampliando, paradoxalmente, as desigualdades socioeconômicas que passaram a ser evidenciadas, principalmente, no espaço urbano, como se evidenciará, nas próximas seções.

Implicações da reestruturação produtiva na cidade média do agronegócio

O *Programa de Cidades de Porte Médio* instituído entre as décadas de 1970 e 1980, no II Plano Nacional de Desenvolvimento (CONTE, 2013; SCHERER; AMARAL, 2020; STEINBERGER; BRUNA, 2001), foi um marco na implementação das políticas públicas direcionadas às cidades médias no Brasil e estimulou as primeiras tentativas para sua definição no país.

Com o processo de descentralização industrial, em curso na região sudeste, atrelado às transformações espaciais decorrentes da adoção do modo de produção capitalista, as cidades médias passaram a ser classificadas, considerando-se os fatores indispensáveis para o desenvolvimento regional. Na região Nordeste do Brasil, utilizaram-se critérios econômicos para a sua definição, conforme comprova Pontes (2012, p. 27), [...] “a cidade média seria um centro urbano com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlândia”.

Frente a tantas variáveis demográficas regionais, e considerando o volume de estudos produzidos sobre a temática, sobretudo na década de 1990, é certo que não há consenso sobre o conceito de cidades médias no Brasil (AMORIM FILHO; SERRA, 2001; CONTE, 2013).

Contudo, enquanto o conceito de cidade de porte médio foi direcionado aos aspectos econômicos e ao quantitativo demográfico, nos estudos geográficos, Sposito (2010) aponta que as cidades médias sempre foram associadas a fatores como: tamanho da área territorial, importância dos papéis desempenhados e hierarquia de sua rede urbana.

O fato é que o processo de reestruturação produtiva, no país, redesenhou os papéis desempenhados pelas cidades médias nas escalas regional e nacional, passando eles a serem definidos pela função que elas exerciam na intermediação dos sistemas urbanos adjacentes. No caso em estudo, a cidade de Barreiras foi transformada em cidade do agronegócio globalizado pela inserção da agricultura moderna (ELIAS; PEQUENO, 2015). Para Góes, Fontes e Silva (2012, p. 120-121) “o município configura-se como uma cidade média ou intermédia, pois apresenta características que o definem com um centro ou nó articulador junto à escala geográfica local, regional, nacional e global”. A partir desse contexto, a dinâmica de (re)produção do espaço urbano sustentada, substancialmente, no acúmulo do capital, agudizou as desigualdades e provocou muitos desdobramentos no espaço urbano, como apontam Elias e Pequeno (2015):

Em relação a Barreiras, considerada como cidade média, a expansão desordenada rumo às periferias garante possibilidades de ocupações irregulares para os mais pobres, em especial por meio de loteamentos clandestinos e irregulares com carências generalizadas de infraestrutura urbana (saneamento, drenagem, coleta de lixo, pavimentação etc.) e de equipamentos sociais (escolas, creches, postos de saúde etc.). As bordas destes loteamentos, assim como os espaços livres não urbanizados, conformam-se como alvos preferenciais de ocupações (favelas), sendo densamente ocupadas por moradias precárias e fazendo surgir áreas de risco em setores com maior declividade ou interrompendo linhas de drenagem natural na frente de expansão norte (ELIAS; PEQUENO, 2015, p. 26).

A reestruturação produtiva que promoveu muitos avanços para determinados grupos empresariais na cidade de Barreiras provocou o esfacelamento das estruturas sociais autóctones. O crescimento econômico impulsionado pela expansão da agricultura moderna não refletiu no desenvolvimento social, porque tal avanço foi ocasionado pelo fortalecimento do capital privado das empresas associadas ao agronegócio (ELIAS; PEQUENO, 2007) que, seguindo uma ótica liberal, acumulou a riqueza financeira nas mãos de um seletivo grupo de indivíduos.

À medida que a modernização agrícola adentrava o espaço rural do município de Barreiras, a agricultura de subsistência sucumbia pela hegemonia das empresas agropecuárias, sendo esta, uma das implicações negativas dessa modernização destacadas por Elias; Pequeno

(2007), ao analisarem as inúmeras metamorfoses da difusão do agronegócio no Nordeste do Brasil. Por outro lado, o setor terciário sofreu forte incremento nas instalações de serviços diversos que conduziu à expansão do comércio e a instalação de estruturas para suporte das atividades agrícolas no espaço urbano. Este alinhamento entre a modernização agrícola e o crescimento do setor terciário foi crucial para a ampliação do centro e da centralidade de Barreiras, no oeste baiano, conferindo-lhe, na atualidade, o título de cidade média do agronegócio.

À semelhança de algumas capitais do Nordeste brasileiro, o setor terciário da cidade de Barreiras não conseguiu absorver parcelas significativas da população que acabou migrando do interior do estado da Bahia para os grandes centros urbanos, em busca de emprego (PONTES, 2012). Além disso, o aparato produtivo tecnológico utilizado na atividade agrícola moderna inviabilizou a necessidade de grandes contratações de mão de obra, o que resultou em desemprego estrutural.

Consoante, Frederico (2011) afirma que, nas cidades do agronegócio há dois tipos de migrantes: aqueles que não têm condições financeiras para seu consumo básico, uma vez que foram expulsos do espaço rural, em virtude da hegemonia da agricultura moderna que apropriou e expropriou terras por vias legais, ou até mesmo por meio de grilagem³, e os migrantes sulistas capitalizados os quais receberam ajuda governamental e usufruem de uma estrutura urbana adequada para suprir suas demandas e seus anseios.

O primeiro grupo de migrantes foi atraído pelo discurso da oferta de emprego, mas se depararam com a mecanização da mão de obra, e subsequente ausência de empregos. Por conseguinte, se viam forçados a ocupar os bairros periféricos de Barreiras, como Santa Luzia, Cascalheira, Santo Antônio, Conjunto Habitacional Rio Grande, Morada da Lua de Cima, Vila do Papelão e Vila Brasil, e submetidos a condições precárias de (sub)existência (MONDARDO, 2010). Os residentes, denominados posseiros, por não estarem de posse da documentação legal (registro) das terras, eram expulsos de suas propriedades por meio de diversos métodos, inclusive o de assassinato (MOURA; LAVORATTI, 2012). Diante desse procedimento escuso, muitos venderam suas propriedades por preços irrisórios e aviltantes.

A ocupação e instalação dos residentes na periferia da cidade transformou o local em

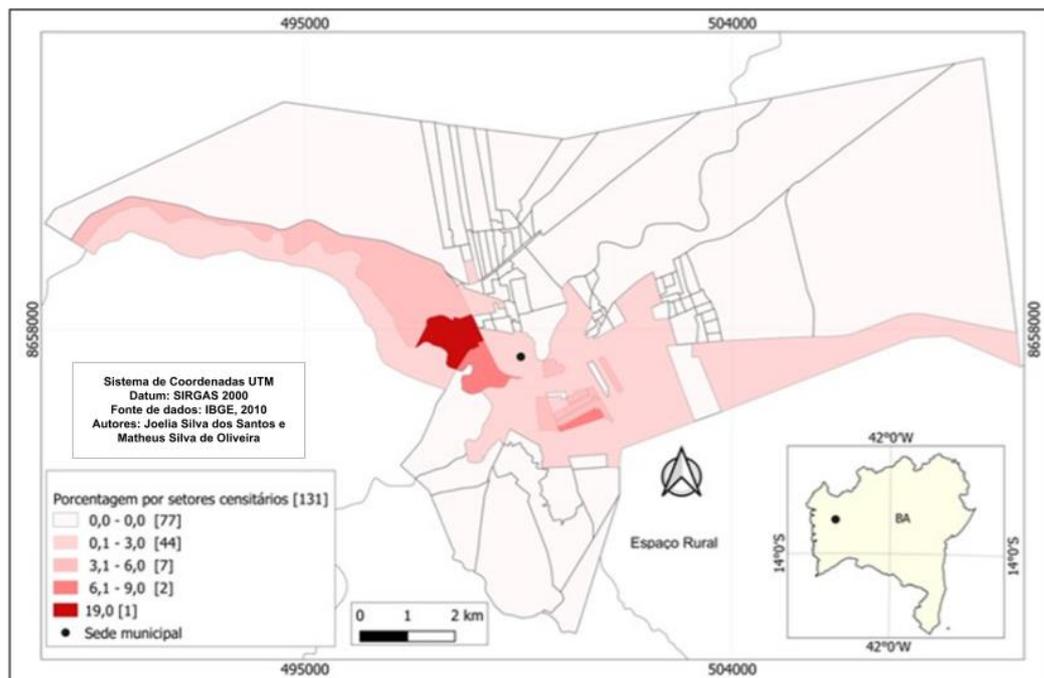
³ Prática para dar aspectos de envelhecimento a falsos documentos, inserindo-os em uma caixa com grilos, que os deixava amarelados e com buracos, dando uma aparência “forçada” de que os documentos seriam antigos. (DISTRITO FEDERAL, 2021). A Operação Faroeste do Ministério Público da Bahia investiga uma rede composta por juízes, advogados e empresários do agronegócio por lavagem de dinheiro e corrupção em esquema associado a disputas territoriais no oeste baiano (BAHIA, 2021).

quase um quartel com um exército de reserva de mão de obra ociosa submetido à execução de trabalhos com baixa remuneração.

As desigualdades socioespaciais na cidade de Barreiras

Estas desigualdades na cidade de Barreiras podem ser identificadas nos bairros contíguos ao centro da cidade, sendo a renda um dos elementos que distinguem as áreas de concentração do capital e as adjacentes. O Mapa 2, na sequência do texto, exemplifica tal situação com a espacialização dos 131 setores censitários em que a cidade foi dividida para fins de pesquisa em 2010, e distribui a renda em porcentagem *per capita* dos domicílios que possuíam mais de 10 salários-mínimos.

Mapa 2 – Porcentagem dos domicílios particulares no espaço urbano do município de Barreiras com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de mais de 10 salários-mínimos em 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

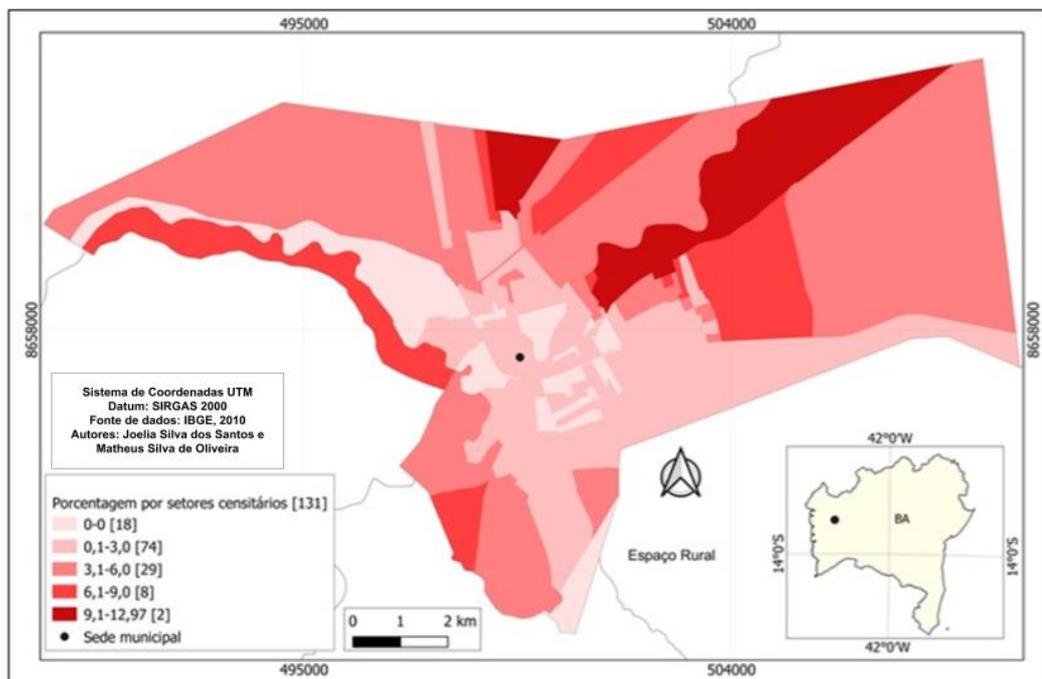
Consoante os dados, apenas 1 setor censitário concentrava, à época, 19% dos domicílios particulares com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de mais de 10 salários-mínimos, seguido do setor que possuía de 6,1 a 9% dos domicílios com o mesmo intervalo de renda. Dos 131 setores, 9 detinham as maiores porcentagens de domicílios com essa renda e todos localizavam-se nas proximidades do centro. Já os 44 setores com porcentagem entre 0,1

a 3% situavam-se nas adjacências e em direção às BRs (rodovias federais) que interligam o município a Salvador e a Brasília. O centro da cidade oferece uma boa infraestrutura em comparação com as outras localidades, no entanto, ele tem se tornado um espaço mais comercial do que residencial, e, devido a isso, as maiores concentrações de renda não se encontram no centro, mas, em seu entorno, o que evidencia uma estrutura urbana centro-periférica com eixos de concentração de renda.

Aproximadamente 59% dos 77 setores censitários representados no Mapa 2 não possuíam domicílios com rendimento nominal domiciliar *per capita* de mais de 10 salários-mínimos e localizavam-se na periferia da cidade. No Mapa 3, esses setores protagonizam a pobreza revelada pela expressividade da porcentagem dos domicílios com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo vigente em 2010.

Dos 131 setores censitários, 113 possuíam domicílios em que as pessoas sobreviviam com menos de $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo, sendo que 2 setores ao norte do município detinham as porcentagens mais altas e, conseqüentemente, nível mais elevado de carência socioeconômica com 9,1 a 12,97% dos domicílios nesta situação.

Mapa 3 – Porcentagem dos domicílios particulares no município de Barreiras com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo em 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

O mesmo setor, que se destaca por ter a mais elevada porcentagem dos domicílios com uma renda *per capita* acima de 10 salários-mínimos (Mapa 2), paradoxalmente, também possui de 0,1 a 3,0% dos domicílios em que seus ocupantes auferem uma renda *per capita* de até $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo (Mapa 3). Essa inusitada situação se relaciona com a concentração do capital e à ampliação da desigualdade, o que resulta no surgimento de áreas de precariedade socioeconômica.

O centro da cidade de Barreiras possui a maior oferta de serviços privados e públicos. Portanto, quem não tem opção de residir nas áreas mais próximas ao centro sofre com a ausência ou insuficiência de infraestrutura social (creches, escolas, postos de saúde) (ELIAS; PEQUENO, 2007). Isso, por fim, acaba afetando a qualidade de vida dessas pessoas.

Assim, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, sejam as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer (CARLOS, 2019a, p. 48).

Vale explicar que o Mapa 3 representa os domicílios com uma renda *per capita* de até $\frac{1}{8}$ do salário-mínimo, e esse valor ainda pode ser bem menor. Em conformidade com o IBGE (2010), o salário-mínimo em 2010 era de R\$ 510,00, com isso, $\frac{1}{8}$ representavam R\$ 63,75. Tendo em vista que o dado corresponde à renda mensal *per capita*, se dividirmos os R\$ 63,75 por 30 dias, conclui-se que, em quase todo o espaço urbano, existiam de 0,1 a 12,97% dos domicílios nos quais residiam pessoas que sobreviviam com menos de R\$2,00 por dia, ou seja, se encontravam abaixo da Linha Internacional da Pobreza⁴. É dessa maneira que “[...] o processo de industrialização da agricultura brasileira trouxe significativos ganhos econômicos em detrimento de perdas sociais e ambientais” (MOURA; LAVORATTI, 2012), lamentáveis e irreversíveis.

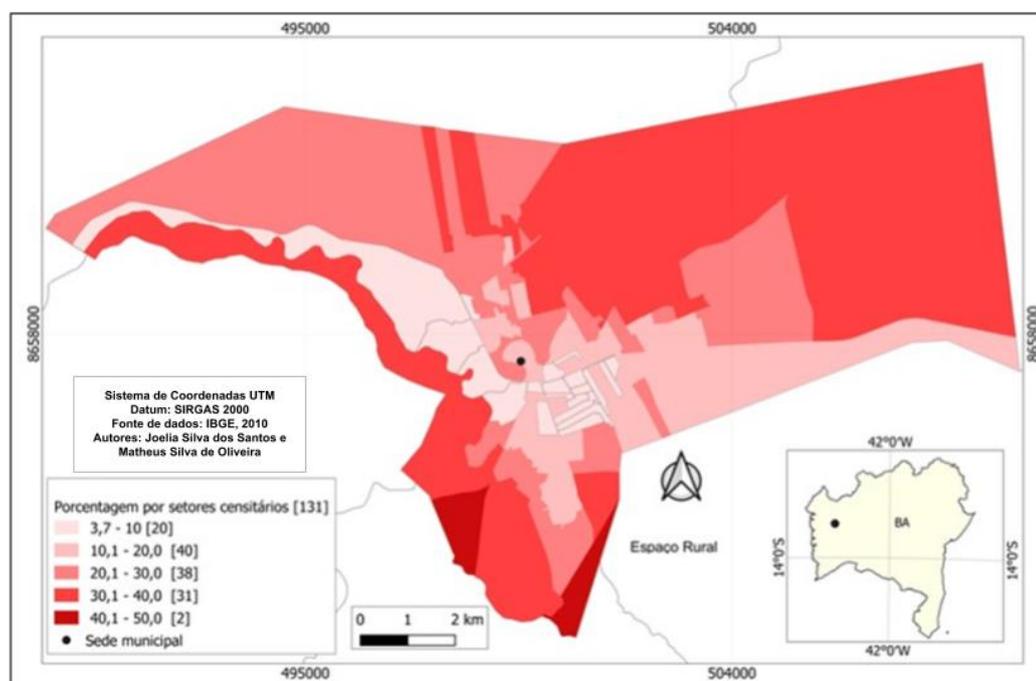
Como demonstra o Mapa 4, a seguir, a pobreza estratificada estava em 100% do espaço urbano de Barreiras, pois, em ao menos 3,7% dos domicílios, existiam pessoas sobrevivendo com uma renda de $\frac{1}{4}$ a $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo. Entretanto, em dois setores situados no extremo sul do espaço urbano, nas proximidades com o espaço rural, o número de domicílios com

⁴ A Linha Internacional ou Global da Pobreza é baseada na Paridade do Poder de Compra dos países mais empobrecidos do mundo. Em 2015, o Banco Mundial atualizou esse indicador para US\$ 1,90, todavia, de acordo com a própria Instituição, preservando o mesmo poder de compra do valor anterior, de US\$ 1,25 (ONU NEWS, 2015).

pessoas vivendo com essa faixa de renda chegava até a metade.

Para Pina e Mondardo (2013), a expansão do agronegócio no cerrado pouco contribuiu para o desenvolvimento social da região. Na realidade, houve um aumento significativo no Produto Interno Bruto (PIB), mas, isso não refletiu em melhorias para a população em geral. A título de exemplo, no ano de 2010, o PIB *per capita* do município de Barreiras era de R\$13.982,44 reais, valor que dimensiona o quantitativo do capital concentrado nas mãos de poucos, desde que a maioria da população não dispunha de uma renda com um valor tão significativo, pois, no mesmo ano, aproximadamente 68,7% dos domicílios de Barreiras registraram um rendimento nominal mensal *per capita* de até 2 salários-mínimos. Contudo, a estratificação desse quantitativo indica que dos 38.553 domicílios, 3.603 possuíam rendimento de até ¼ do salário-mínimo, 8.524 domicílios de ¼ a ½ do salário-mínimo, 11.487 auferiam de ½ a 1 salário-mínimo e, por fim, 7.690 recebiam de 1 até 2 salários-mínimos (IBGE, 2010).

Mapa 4 – Porcentagem dos domicílios no espaço urbano do município de Barreiras com taxa de renda de ¼ a ½ do salário-mínimo em 2010



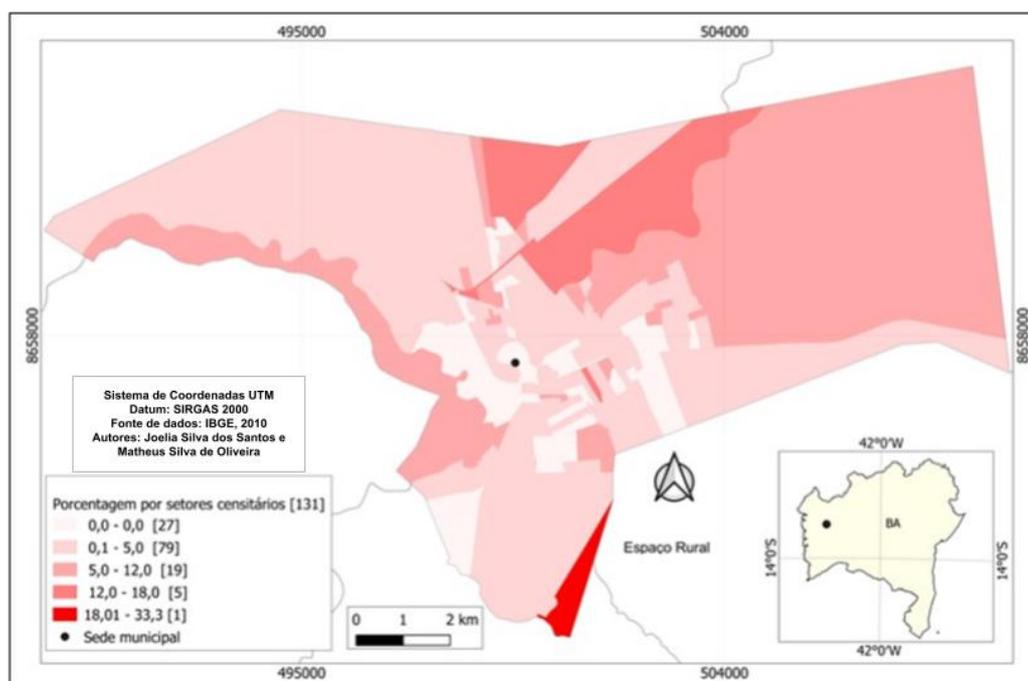
Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

Esses dados indicam o elevado nível da pobreza, reflexo da concentração de renda agravada pela contribuição da atividade agrícola moderna que aprofundou a desigualdade não só em Barreiras, mas, em todo o Oeste da Bahia. Como afirma Elias e Pequeno (2007), “a reestruturação produtiva da agropecuária acentua as históricas desigualdades socioespaciais,

além de criar muitas outras” (ELIAS; PEQUENO, 2007, p. 31).

O Mapa 5 evidencia essa precariedade em alguns espaços de Barreiras. Dos 131 setores censitários representados, 32 (24% do total), pelo menos, 0,1% dos domicílios não possuíam banheiro de uso exclusivo, porém, esse valor pode chegar a 33% em alguns setores específicos, como no censitário localizado no extremo sul do espaço urbano, próximo ao rural. Apenas este concentrava de 18 a 33% de domicílios sem esse cômodo básico e indispensável nas residências.

Mapa 5 – Porcentagem dos domicílios particulares no espaço urbano do município de Barreiras sem banheiro de uso exclusivo dos moradores em 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

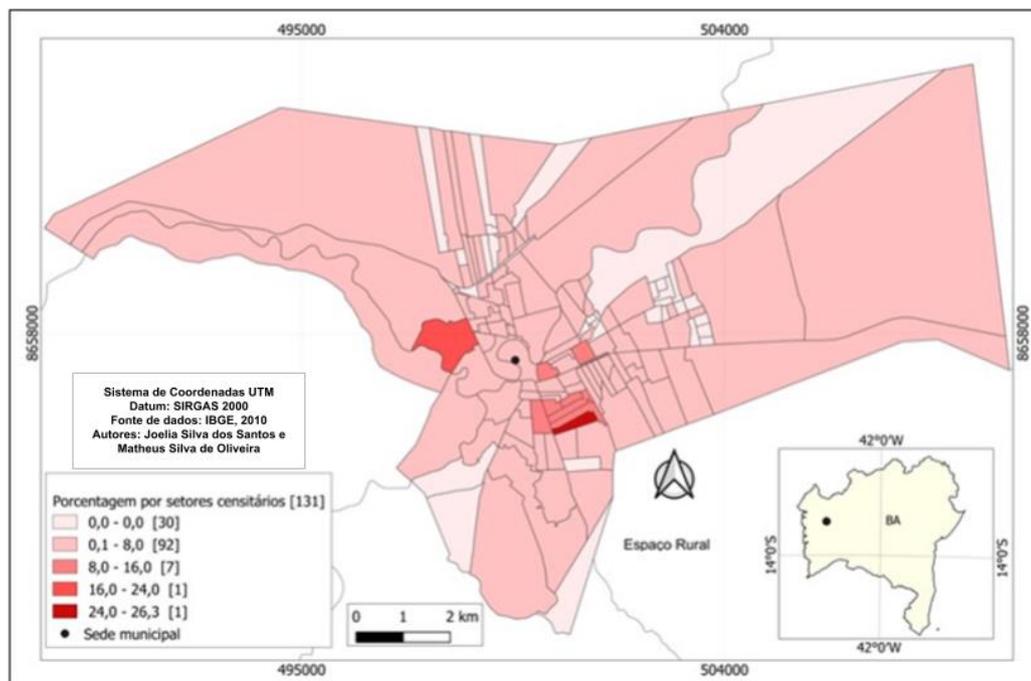
O IBGE (2010) descreve, e todos sabem, que o banheiro é um cômodo que dispõe de todos os componentes (chuveiro, banheira e vaso sanitário, entre outros), utilizados para as necessidades fisiológicas e a assepsia do corpo, em um local reservado e adequado. Esse cômodo é de extrema e igual importância tanto para os indivíduos residentes quanto para o coletivo urbano, porquanto evita que o espaço público seja usado para esses fins, além de garantir melhores condições de higiene, reduzindo o contágio e a propagação de certos tipos de doenças que poderiam resultar em problemas graves de saúde pública.

Por outro lado, 2 setores censitários, que representam 1,5% do total, apontam que de 16% a 26% dos domicílios possuíam mais de 4 banheiros de uso exclusivo (Mapa 6), o que

denota a concentração de um recurso básico, porém escasso, na maior parte dos setores do município. Isso configura a desigualdade e reflete a precariedade de recursos básicos em alguns espaços, enquanto outros possuem condições adequadas de sobrevivência acrescida de opulência e fausto.

Em 92 setores censitários, havia de 0,1 a 8% dos domicílios com 4 ou mais banheiros de uso exclusivo dos próprios moradores. Apesar de constituírem 70% do total de setores do espaço urbano, a porcentagem que representavam, à época, é relativamente pequena, mas indicam enclaves de riqueza em bairros menos privilegiados.

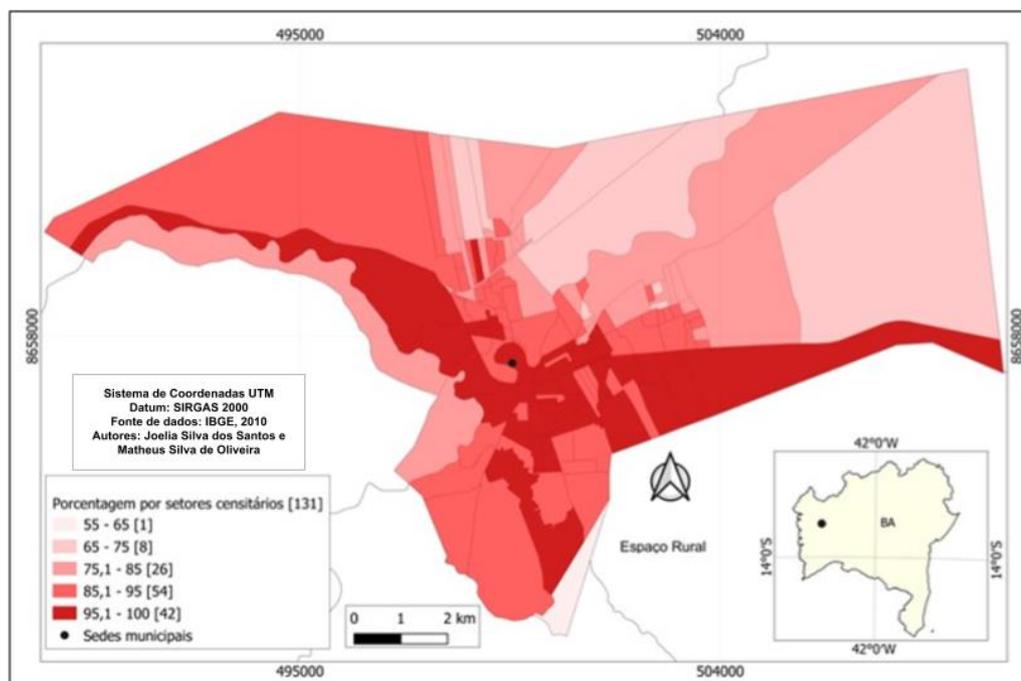
Mapa 6 – Porcentagem dos domicílios particulares no espaço urbano do município de Barreiras com mais de 4 banheiros de uso exclusivo dos moradores em 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

As porcentagens dos responsáveis alfabetizados com 10 ou mais anos de idade em domicílios particulares, em 2010 (Mapa 7), são indicativos das complexas carências educacionais. Considerando todo o espaço urbano, no mínimo, 55% dos responsáveis eram alfabetizados. Por outro lado, 93% do total de setores censitários possuía de 75,1 a 100% dos responsáveis alfabetizados, e esse intervalo pode camuflar mazelas sociais muito profundas para uma parcela significativa da população barreirense.

Mapa 7 – Porcentagem dos responsáveis alfabetizados com 10 ou mais anos de idade em domicílios particulares no espaço urbano do município de Barreiras em 2010



Fonte: Elaborado pelos autores com dados extraídos do IBGE (2010).

Além disso, para Amorim (2019), esses estudos quantitativos e autodeclaratórios são questionáveis, devido à incompreensão em relação à definição da palavra alfabetização. Parece que para os familiares seriam consideradas alfabetizadas as pessoas que dominam algumas letras que aparecem com frequência, as que entendem textos fáceis sem estrangeirismos e aquelas que sabem assinar o próprio nome, definições para o que a Linguística⁵ denomina analfabetismo funcional, ou seja, aqueles cidadãos seriam analfabetos funcionais e jamais alfabetizados. Além disso, há ainda outra problemática, porque as informações obtidas pelo censo são fruto da opinião dos membros da família, e, por isso, pode ter havido não só equívocos de entendimento e comunicação sobre a pergunta, mas, também incoerências nas respostas, em virtude do constrangimento dos indivíduos para se declararem analfabetos.

Em contrapartida, a precariedade na formação acadêmica da população dos 14 municípios do Território de Identidade da Bacia do Rio Grande é discutida por Santos e Oliveira (2021). Nesse estudo, os autores apontam que Barreiras, em 2010, possuía 45,8% da população com 25 anos ou mais de idade com ensino fundamental incompleto, 13,1% com o ensino fundamental completo e 32,7% com ensino médio completo e com o ensino superior

⁵ Indivíduos que se mostram incapazes de compreender textos simples. Aqueles que, embora saibam reconhecer letras e números, não conseguem realizar operações matemáticas mais elaboradas.

incompleto.

De acordo com Bueno (2017), acima de tudo, é necessária uma educação de qualidade que possibilite às pessoas serem produtivas dentro da sociedade contemporânea. Em virtude da expansão do capital, o mercado de trabalho se tornou cada vez mais competitivo e, ser apenas alfabetizado, não garante a inclusão, tendo em vista que as atividades menos especializadas tendem a ser substituídas por processamentos tecnológicos, como tem ocorrido na agricultura.

Considerações Finais

O surgimento e a construção de uma cidade resultam dos processos produtivos que compreendem aspectos inerentes ao modo de vida dos diferentes segmentos sociais que (re)produzem constantemente o espaço. No Brasil, estes processos se alinham aos fundamentos historicamente constituídos pela via da segregação socioespacial entre a casa grande e a senzala, para a reprodução dos bairros nobres e das favelas e a perpetuação das desigualdades sociais.

O advento da urbanização produziu novas formas de desigualdades, uma vez que os representantes das cidades brasileiras permaneceram a serviço da elite financeira que se manteve submetida aos interesses internacionais, com a transformação do seu capital financeiro em capital político, para articular junto ao Estado o atendimento de suas demandas, por meio do dinheiro público.

Nesse contexto, Barreiras não constitui exceção, tendo em vista que a pequena comunidade de ribeirinhos e posseiros, que existia até a década de 1980, foi transformada em uma cidade média do agronegócio globalizado, ou seja, projetada para atender às exigências do mercado externo em detrimento das necessidades da população. Logicamente, as contradições que povoam o espaço urbano perpassam pela lógica habitacional estabelecida pelos interesses do capital.

A análise dos indicadores de renda *per capita* evidenciou a concentração da riqueza e a existência de uma pobreza planejada. A diferença entre o salário dos abastados e o dos paupérrimos, no contexto em estudo, escamoteia os abismos sociais que existem em vários locais da cidade.

A faixa de renda *per capita* de $\frac{1}{4}$ e $\frac{1}{2}$ do salário-mínimo em 3,7% de domicílios evidenciou a precariedade das condições de sobrevivência de muitos cidadãos que vivem abaixo da Linha Internacional da Pobreza, em uma cidade considerada como uma das principais economias do setor empresarial agrícola do oeste baiano.

Em Barreiras, a produção da riqueza e da pobreza são fenômenos imanentes à relevância do crescimento econômico advindo do setor agroindustrial que, por vezes, é associado ao desenvolvimento da cidade. A normalização dessa ideologia reproduziu as múltiplas desigualdades econômicas e sociais.

Em relação à quantidade de banheiros com uso exclusivo, coabitam no mesmo espaço urbano setores censitários com 33% dos domicílios sem banheiro de uso particular e setores com 26% dos domicílios com 4 ou mais banheiros por moradia. Enquanto este cômodo básico é uma carência real para muitos barreirenses, pode ser supérfluo para outros.

A alfabetização por setores do espaço urbano também indicou níveis de instrução muito díspares, e o reduzido grau de escolaridade é fator complicador para o acesso ao mercado de trabalho formal. Contudo, essa análise não é absoluta, não reúne em si mesma, senão, uma partícula que essas questões descortinam, uma vez que as mazelas sociais podem ser mais profundas do que os dados revelam, e isso demanda a continuidade dos estudos sobre a realidade socioeconômica do município de Barreiras, ao longo da sua história de expansão.

AGRADECIMENTOS: Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI), pelo apoio à realização da pesquisa que deu origem a este artigo, a qual teria se inviabilizada sem a concessão da bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. *In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). Brasil: questões atuais da regionalização do território.* 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.
- AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo Valente. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). Cidades médias brasileiras.* Rio de Janeiro: IPEA, 2001.
- AMORIM, Américo Nobre Gonçalves Ferreira. Desigualdade social, alfabetização, letramento e a importância da avaliação nacional de alfabetização. **Revista da Escola, Professor, Educação e Tecnologia**, v. 1, 2019.
- BAHIA. Ministério Público. **MP denuncia juiz, advogados e empresário envolvidos na “Operação Faroeste” por corrupção e lavagem de dinheiro.** Salvador: MPBA, 17 jul. 2021. Disponível em: <https://www.mpba.mp.br/noticia/58002>. Acesso: 17 jul. 2021.

BARREIRAS. *In: ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS.* Rio de Janeiro:

IBGE, 1958. v. 20, p. 65-69. [Planejada e orientada por Jurandyr Pires Ferreira]. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_20.pdf. Acesso em: 10 maio.

BARREIRAS. Prefeitura Municipal. **Síntese do plano diretor urbano**. Barreiras, BA: PLANNUS, 2004. Disponível em: <https://barreiras.ba.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/PDDU-RT-4-Relat%C3%B3rio-do-S%C3%ADntese-do-PDU2.pdf>. Acesso: 29. jun. 2021.

BUENO, Edir de Paiva. O índice de desenvolvimento humano (IDH): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 3, p. 49-69, jul./dez. 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2019a. (Coleção Repensando a Geografia).

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2019b.

CONTE, Cláudia Heloiza. Cidades médias: discutindo o tema. **Sociedade e Território**, Natal, v. 25, n. 1, p. 45-61, jan./jun. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea**: segregação espacial. São Paulo, SP: Contexto, 2018.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Grilagem. Brasília: TJDF, 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/grilagem>. Acesso em: 10 maio 2020.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re) estruturação urbana e desigualdades socioespaciais em região e cidade do agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 2015.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)**, v. 9, n. 1, p. 25-39, maio 2007.

FREDERICO, Samuel. As cidades do agronegócio na fronteira agrícola moderna brasileira. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p. 5-23, jan./jul. 2011.

GÓES, Liliane Matos; FONTES, Ednice de Oliveira; SILVA, Heibe Santana da. Fragmentação municipal da mesorregião do Extremo Oeste da Bahia e expansão urbana do município de Barreiras. *In*: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio (org.). **Cidades médias e pequenas**: contradições, mudanças e permanência nos espaços urbanos. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas; 94).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Barreiras**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/barreiras/panorama>. Acesso em: 14 nov. 2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 24, p. 109-123, 2008.

MONDARDO, Marcos Leandro. Da migração sulista ao novo arranjo territorial no Oeste baiano: “territorialização” do capital no campo e paradoxos na configuração da cidade do agronegócio. **Campo-território: Revista de Geografia Agrária**, v. 5, n. 10, p. 259-287, ago. 2010.

MOURA, Bianca de Castro Duarte; LAVORATTI, Janes Terezinha. Disparidades socioeconômicas no contexto agrícola do Oeste Baiano. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: UFU, 2012. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1384_1.pdf. Acesso: 7 ago. 2021.

NASCIMENTO, Paloma de Souza. O atual movimento de expansão urbana na cidade de Barreiras (BA). **Revista de Geografia-PPGEO-UFJF**, v. 6, n. 2, 2016.

ONU NEWS. **Banco Mundial atualiza valor da linha da pobreza para US\$ 1,90 por dia**. Nova York: NEWS, 5 out. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/audio/2015/10/1149481>. Acesso: 17 ago. 2021.

PINA, Núbia Valéria Moreira; MONDARDO, Marcos Leandro. Duas faces, uma região: da pujança do agronegócio à pobreza e precariedade das populações locais no oeste da Bahia. **Revista GEONORTE**, v. 4, n. 12, p. 1522-1533, 2013.

PONTES, Beatriz Maria Soares. Contradições, mudanças e permanências nos espaços urbanos nordestinos. *In*: DIAS, Patrícia Chame; SANTOS, Janio (org.). **Cidades médias e pequenas: contradições, mudanças e permanência nos espaços urbanos**. Salvador: SEI, 2012. (Série Estudos e Pesquisas; 94).

SANTOS, Joelia Silva dos; OLIVEIRA, Matheus Silva de. Inserção e expansão do agronegócio no Oeste da Bahia: a (re)produção das desigualdades no Território de Identidade da Bacia do Rio Grande-Bahia, no decênio 2000-2010. **Ágora**, Santa Cruz Sul, v. 23, n. 2, p. 173-188, jul./ago. 2021.

SANTOS, Clóvis Caribé Menezes dos. **Espírito do capitalismo na ocupação dos cerrados da Bahia e do Piauí**. Feira de Santana: UEFS, 2015.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SCHERER, Clauber Eduardo Marchezan; AMARAL, Pedro Vasconcelos Maia do. O espaço e o lugar das cidades médias na rede urbana brasileira. **Revista brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 22, jan./dez. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no

processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v. 35, n. 1, p. 51-62, jan./abr. 2010.
STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. *In*: ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. As metamorfoses do conceito de cidade. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, n. esp., p. 17-23, dez. 2015.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. *In*: CORRÊA, Roberto Lobato. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (org.). **A cidade contemporânea: segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2018.

VOLOCHKO, Danilo. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. *In*: CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2018.

CRediT Author Statement

- Reconhecimentos:** Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA), através da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PRPGI) pela bolsa de Iniciação Científica – PIBIC-EM
 - Financiamento:** IFBA campus Barreiras – Bolsa de IC
 - Conflitos de interesse:** Não há.
 - Aprovação ética:** Sim. O trabalho respeitou a ética durante a pesquisa nos tratos com os dados, fontes, escrita e referências. Contudo, o projeto de pesquisa não foi submetido à avaliação do comitê de ética do IFBA porque não se aplica à pesquisa realizada com seres humanos.
 - Disponibilidade de dados e material:** Todos os dados e materiais utilizados no trabalho estão disponíveis para acesso, podendo ser verificados nos links das referências.
 - Contribuições dos autores:** Joelia Silva dos Santos orientou todos os procedimentos para realização da pesquisa, incluindo a produção dos mapas e a escrita do relatório que deu origem ao texto com as devidas correções. Matheus Silva de Oliveira produziu os mapas sob orientação de Joelia Silva dos Santos e colaborou na escrita do texto do artigo.
-